

**Outros comentários sobre a consulta pública -
DESPACHO 0873/2005 – REGULAMENTAÇÃO DA CLÁUSULA DE INVESTIMENTOS EM P&D**

Estes comentários foram recebidos no corpo do texto do e-mail e não como anexo

ORGANIZAÇÃO/PESSOA FISICA

Guilherme de Carlos

Prezados Senhores,

Após leitura das minutas e relatórios não encontrei um item específico: a possibilidade de contratação por parte das universidades de empresas especializadas em investimentos em MPEs do setor de energia. As universidades e ICTs poderiam investir em empresas ou fundos de *venture capital* que investissem em MPEs de energia dando seguimento a pesquisa e desenvolvimento (P&D) e, ainda, gerando mais P&D. Acredito que isto poderia dar uma economia de milhões ou até bilhão para a Petrobras e outras concessionárias analisando a economia gerada por empresas similares as que seriam criadas. Em meu estudo sobre o assunto, aparentemente as próprias concessionárias não sabem como fazer isto atualmente (Petrobras/CENPES), desta forma, gostaria ter comentários da ANP sobre este importante assunto e a possibilidade de inserção do mesmo na nova regulamentação.

Atenciosamente,

Guilherme de Carlos

FIEB – Federação das Industrias de estado da Bahia

AO SETOR DE P&D DA ANP
RIO DE JANEIRO - RJ

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia manifesta seu apoio à iniciativa da ANP de regulamentar a cláusula de Investimento

<?xml:namespace prefix = st1 ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:smarttags" />em P&D constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e/ou Gás Natural.

<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

A título de sugestão, propomos que a redação do item 4.11, que trata da Instituição Credenciada, seja substituída pela redação que consta no item 6.1 da proposta de Regulamento Técnico para o Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento.

Desta forma, sugerimos que a redação "Determinado departamento, laboratório ou unidade organizacional que realiza atividade de pesquisa e desenvolvimento, vinculada a uma entidade de ciência e tecnologia, pública ou privada, localizadas no país..." seja substituída pela seguinte redação" *Departamento, laboratório ou qualquer unidade organizacional que realiza atividade de pesquisa e desenvolvimento, vinculada a uma entidade pública ou privada, localizada no país..."*

Atenciosamente,

JORGE LINS FREIRE
Presidente do Sistema FIEB

presidencia@fieb.org.br
Tels (71) 3343.1207 / 3343.1201

Rosângela Veridiano de Oliveira/ Gerencia Comercial/CNEN

Prezados Senhores,

Com relação à consulta pública da ANP tendo como objeto as propostas de Resoluções dos Regulamentos Técnicos para Realização dos Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e para Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, tenho os seguintes comentários a fazer:

Quanto ao Regulamento Técnico para o Credenciamento das Instituições:

No item 11- Sigilo e Divulgação: Creio que restringir a todas as informações cerceia o processo de comunicação,

retardando a divulgação de resultados que possam contribuir para consolidar a imagem do programa perante a comunidade científica e tecnológica, bem como a sociedade.
Questões relacionadas ao sigilo devem ser aplicadas somente nas informações passíveis de proteção legal pela Propriedade Intelectual. Outras informações poderão ser divulgadas desde que não venham ferir os direitos advindos da propriedade intelectual.

Atenciosamente,
Rosângela Veridiano de Oliveira
Comissão Nacional de Energia Nuclear
Coordenação de Geral de Planos e Programas
Divisão Comercial
Tel. 25462411

Francisco Rondinelli – Assessor Diretoria P&D/CNEN

Com relação à consulta pública da ANP tendo como objeto as propostas de Resoluções dos Regulamentos Técnicos para Realização dos Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e para Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, tenho os seguintes comentários a fazer:

Quanto ao Regulamento Técnico para o Credenciamento das Instituições:

No item 11- Sigilo e Divulgação: entendo que a restrição a todas as informações cerceia o processo de comunicação, retardando a divulgação de resultados que contribuiriam para consolidar a imagem do programa perante a comunidade científica e tecnológica, bem como perante a sociedade. Minha sugestão é que o sigilo se aplique somente àquelas informações necessárias para garantir a propriedade intelectual do conhecimento. Da forma como está escrito nenhuma informação pode ser divulgada antes do prazo de 5 anos.

No item 13: gostaria de reconhecer a pertinência dos critérios adotados, sobretudo no que se refere aos aspectos de gestão, contemplados no regulamento, o que em si já traz uma inovação em relação a outros mecanismos de fomento, os quais repetidamente adotam como peso principal, a formação acadêmica dos pesquisadores envolvidos. Nos critérios propostos pela ANP percebe-se uma preocupação em abranger outros aspectos extremamente relevantes e peculiares à atividade de inovação.

Atenciosamente,
Francisco Rondinelli
Assessor de Gestão Tecnológica
Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento/CNEN

Nícia Maria Mourão Henrique / OXITENO

À **Agência Nacional do Petróleo**

Ref: Consulta Pública 0873/2005

A Oxiteno S.A. Indústria e Comércio, com sede à Av. Brigadeiro Luís Antônio, 1343, 10º andar - Bela Vista, São Paulo-SP, em resposta à Consulta Pública 0873/2005, vem apresentar suas sugestões de alteração na Minuta de Regulamento Técnico para o Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento.

1- Referente ao item 8.4, página 10/42.

Sugerimos a abertura de possibilidade para que outras instituições credenciadas possam realizar gestão tecnológica de projetos e programas, através de parceria com instituições sem fins lucrativos.

Sugestão de redação:

8.4 - Para os Serviços tecnológicos definidos no Sub-item 10.2, alínea (f), poderão solicitar o credenciamento as Instituições caracterizadas como organizações de sociedade civil, sem fins lucrativos, públicas ou privadas, com notório saber no domínio da gestão tecnológica, incumbidas, por lei, regimento interno ou estatuto, de promover ou realizar atividades relacionadas a pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

8.5 - Para os Serviços tecnológicos definidos no Sub-item 10.2, alínea (f), também poderão solicitar o credenciamento as Instituições caracterizadas como organizações de sociedade civil, públicas ou privadas, com notório saber no domínio da gestão tecnológica, incumbidas, por lei, regimento interno ou estatuto, de promover ou realizar atividades relacionadas a pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, quando em parceria com organização de sociedade civil sem fins lucrativos, definida no item 8.4.

2- Referente ao item 12.1, alínea h, página 11/42.

Uma vez que, em instituições de pesquisa e desenvolvimento, é comum existirem produtos perigosos, sugerimos que, por questões de segurança, o acesso de técnicos da ANP às instalações das Instituições seja feito com autorização e supervisão de pessoa responsável da Instituição credenciada.

Sugestão de redação:

h) assegurar aos técnicos avaliadores designados pela ANP, o acesso às instalações e à documentação pertinente ao credenciamento, mediante autorização e supervisão de pessoa responsável da Instituição credenciada.

3- Referente ao item 15.1, página 15/42.

Para que as Instituições possam melhor se organizar para receber a visita de técnicos da ANP, sugerimos que as Instituições sejam notificadas com antecedência mínima de 3 dias úteis da visita da ANP às suas instalações.

Sugestão de redação:

15.1 - Após a publicação do Ato do Credenciamento, a ANP, com o objetivo de verificar se a Instituição Credenciada continua atendendo aos requisitos exigidos, realizará visitas técnicas de supervisão rotineira ou não rotineira para reavaliações técnicas, mediante notificação prévia à Instituição, por escrito e com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

4- Referente ao item 18.2, página 17/42.

Sugerimos que o prazo para notificar à ANP sobre alterações que possam ocorrer em informações relacionadas ao credenciamento seja fixado em 5 dias úteis.

Sugestão de redação:

18.2 - As alterações devem ser notificadas à ANP no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após sua ocorrência, sob pena de advertência por escrito.

Atenciosamente,

Nícia Maria Mourão Henrique

Responsável Legal

Oxiten S.A. Indústria e Comércio

Tel: (11) 3177-6749

Email: nicia@oxiteno.com.br

Maria Cristina Palmer Lima Zamberlan/ Divisão Desenho Industrial /INT

Prezados senhores

No âmbito da consulta pública ao documento acima citado, no item 10 - Serviços Tecnológicos Objeto do Credenciamento, subitem 10.2 - Grupos de serviços, sugiro a inclusão de um grupo de serviços dedicado ao desenvolvimento de produtos e processos para a garantia da saúde, segurança e confiabilidade humana na operação, controle e manutenção de processos contínuos. Me colocando a vossa disposição para quaisquer esclarecimentos relativos a essa sugestão

Atenciosamente

Maria Cristina Palmer Lima Zamberlan, D.Sc.
Chefe do Laboratório de Ergonomia
Divisão de Desenho Industrial
Instituto Nacional de Tecnologia
Ministério da Ciência e Tecnologia

Antonio Bonomi- Pesquisador- IPT

Prezados Senhores,

Em referência à Resolução n. xxx/05 que tem como objetivo estabelecer as diretrizes e normas sobre a aplicação dos investimentos em P&D, vimos apresentar as sugestões listadas a seguir:

- (1) inclusão das energias renováveis, nas áreas de interesse listadas no parágrafo 1. do Art 2.
- (2) inclusão das atividades de metrologia (TIB) no item 8.1.3 do Regulamento Técnico citado no parágrafo 1. do Art 2. .

Permanecemos ao seu dispor para os esclarecimentos adicionais que forem necessários. Atenciosamente

Antonio Bonomi
Pesquisador
IPT

Newton Richa - Coordenador da Subcomissão de Saúde do IBP

Prezados senhores

No âmbito da consulta pública ao documento acima citado, no item 10 - Serviços Tecnológicos Objeto do Credenciamento, subitem 10.2 - Grupos de serviços, sugerimos a inclusão de um grupo de serviços dedicado ao desenvolvimento de produtos e processos para a garantia da saúde, segurança, proteção ambiental e confiabilidade humana na operação, controle e manutenção de processos contínuos.

por oportuno, queremos acrescentar que a Subcomissão de Saúde do IBP tem discutido a relação entre saúde e tecnologia. Já foram realizadas duas Oficinas sobre o tema, onde foram identificados os principais fatores relacionados às tecnologias capazes de afetar, a curto, a médio e a longo prazos, a saúde e a integridade física dos trabalhadores e das comunidades vizinhas às instalações. Uma das evidências constatadas é que se os requisitos de saúde não são atendidos nos projetos, a alternativa que resta ao trabalhador para se proteger é o uso de equipamentos de proteção individual, com todas as limitações conhecidas.

Desse debate emergiu, também, a questão da inovação tecnológica que, por envolver novos processos produtivos, novos materiais e novas aplicações de materiais existentes, traz consigo, de forma intrínseca, a possibilidade de novos perigos para a segurança, saúde e meio ambiente, caso não sejam adotadas medidas preventivas pertinentes. Quer dizer a inovação cria a necessidade de serviços de avaliação e gestão de riscos à saúde, à segurança e ao meio ambiente.

Vale acrescentar que, as melhores práticas de Engenharia recomendam que as medidas preventivas dos impactos na saúde, na segurança e no meio ambiente sejam adotadas na etapa de projeto, momento adequado para as intervenções mais efetivas, eventualmente, sem custos adicionais.

Com base nesses considerandos sugerimos, também, que a regulamentação das

atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na área de petróleo e gás seja complementada com a exigência de estudos de avaliação de riscos à saúde, à segurança e ao meio ambiente, com vistas à adoção de medidas preventivas na fase mais precoce possível.

Colocamo-nos à vossa disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais

Atenciosamente

Newton Richa – Coordenador da Subcomissão de Saúde do IBP.

Clarissa Brandão – PV- PRH 33

Prezados,

Enquanto Pesquisadora Visitante do PRH 33 (Programa de Recursos Humanos da ANP), gostaríamos de contribuir com as Resoluções dos Regulamentos Técnicos para Realização dos Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e para Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento.

Existem dois pontos relevantes que podem ser revistos:

1o.) A Resolução e a Minuta relacionada aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento não dispõem sobre a questão da propriedade intelectual resultante das próprias pesquisas.

Apesar da cláusula de confidencialidade (art. 12), não existe um dispositivo regulamentando a quem caberá o uso e a exploração de uma nova tecnologia (propriedade intelectual). Esta falta de regulamentação implicará na seguinte dúvida: as empresas que estão aplicando 1% da receita bruta da produção de um campo em uma determinada pesquisa XYZ na Faculdade ABC poderão utilizar e explorar comercialmente os resultados desta pesquisa? Ou, ao contrário, a Faculdade ABC é quem irá explorar e utilizar os resultados da própria pesquisa? Ou ainda, a ANP poderá ter acesso a estes resultados? E mais: como serão realizadas visitas técnicas da ANP, em relação a propriedade intelectual?

2o.) A Resolução, a Minuta e o anexo A-1 relacionado ao credenciamento de instituições de pesquisa e desenvolvimento não contemplam "Ciências Sociais Aplicadas".

A ausência das demais áreas de conhecimento relacionada a indústria do petróleo e a presença exclusiva de áreas tecnológicas conflita com as diretrizes para o CTPETRO. As diretrizes do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural não faz nenhuma distinção entre as áreas de conhecimento. Além disto, a própria ANP, dentro do Programa de Formação de Recursos Humanos (PRH) apoia dois Programas (PRH 33 UERJ e 36 UFRN) relacionados às ciências jurídicas, um Programa relacionado às ciências ambientais (PRH 27 - FURG Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul), um Programa relacionado às ciências econômicas (PRH 21 - UFRJ) e quatro Programas interdisciplinares (PRH 04 - USP; PRH 07 - PUC-Rio; PRH 25 - UFCG e PRH 30- UFRN).

Assim, fica a sugestão de incluir no Anexo A1, no item "Grupo de Serviços da solicitação de credenciamento", a opção "DESENVOLVIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS A INDÚSTRIA PETROLÍFERO" para que outras áreas de conhecimento, de caráter supraestrutural, que não estritamente técnicas, também possam ser desenvolvidas. Destaque-se aqui, à título de exemplo relacionado às ciências jurídicas, a importância da criação de uma lei de gás para a atração de investimentos privados, conforme já noticiado pela imprensa.

Permanecemos à disposição para esclarecer o que mais se fizer necessário e se preciso for, auxiliar na implementação das alterações sugeridas.



Cordialmente,

Clarissa Brandão

M.Sc. Direito Internacional e Integração Regional e Especialista em Direito do Petróleo e Gás Natural